



1 **ATA 162**

2 Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte por videoconferência, às
3 quatorze horas, reuniu-se, com o Secretário Executivo Alexandre Belino, as
4 Intérpretes de Libras: Jamile Lima e Larissa Dias. As convidadas: Janice
5 Aparecida Steidel Krasniak (Comissão de Defesa PCD da Alesc) e Fabiana
6 Garcez (FCEE). Com a participação dos conselheiros titulares e suplentes:
7 Kelly Cristiny Cabral (SDS), Roseane Zacchi Colasante (SDS), Renato Weber
8 (SSP), Tânia Maria Fiorini Geremias (SED), Karina Barbosa Poffo Balança
9 (Santur), Ricardo de Freitas (SIE), Paulo Ricardo Pedroso (FCEE), José
10 Augusto Meier Gochinski (APABB), Osvaldo Jesus Reis de Oliveira (ADI), Ivan
11 José Martin (FECEDDEF), Jairton Fabeni Domingos (FECEC), Thiago Antonio
12 Fagundes de Oliveira (AASJLLE), Neusa Maria Souza Boldt (AASJLLE),
13 Clever Gilliard Lamin (ASBAC), Christtine Ferreira Gerber (ASBAC), Paulo
14 Sérgio Suldovski (COMDE Joinville). Ausências Justificadas: Sabrina Vieira da
15 Luz (SES), Ellen Mara da Silva Machado (SED), Adilson Mendes França
16 (FECADDESC). 1- Abertura e apresentação dos presentes. Presidente Jairton
17 Fabeni se apresentou dando as boas vindas a todos e os demais se
18 apresentaram. 2- Leitura e aprovação da pauta. O Secretário Alexandre fez a
19 leitura dos itens da pauta e o Presidente Jairton Fabeni, solicita um item de
20 pauta que será a fala da Técnica da Fundação Catarinense de Educação
21 Especial, para falar sobre a Educação Especial, na qual foi acatado e será
22 feito no item 12 da pauta. 3- Aprovação da Ata 161, o Presidente Jairton Fabeni
23 perguntou se todos receberam a Ata e se concordam com a mesma, na qual
24 foi aprovada por unanimidade. 4- Avaliação do término do mandato dos
25 Conselheiros – biênio 2018/2020 – o Presidente fala que a única coisa que
26 tem a falar, que foi um prazer representar e participar deste Conselho,
27 estamos chegando a mais um final de mandato e espero que os novos
28 Conselheiros que irão chegar no próximo mandato, ou os que continuarem
29 neste Conselho, caminhem pela luta da Pessoa com Deficiência. Solicita se
30 mais algum Conselheiro queira se manifestar e não houve mais manifestação.
31 5- Ad referendum do Edital do Fórum das Entidades da Sociedade civil
32 2020/2022 – O Presidente Jairton Fabeni pergunta aos Conselheiros e foi
33 aprovado por todos os Conselheiros. 6- Homologação das Entidades inscritas
34 no Fórum da Sociedade Civil 2020/2022. O Presidente Jairton Fabeni solicita
35 que o Secretário faça a leitura das Entidades aprovadas pela comissão. O
36 Secretário Alexandre pergunta se as Entidades que não entregaram os
37 documentos no prazo, falando que nas outras vezes não foi aceito
38 documentos em atraso. A Conselheira Kelly Cabral, fala que não concorda em
39 entrega de documentos que não foram entregues dentro do prazo do edital,
40 por algum erro sim, mas falta de documentação não poderemos receber. Tem
41 que cumprir a regra. O Secretário Alexandre faz a leitura das Entidades e



42 Conselhos que entregaram todos os documentos e foram considerados aptos
43 pela comissão do Fórum. Os Conselhos Municipais que entregaram
44 corretamente: Blumenau, Criciúma, Joinville, Lages, Navegantes, São Bento
45 do Sul, São José e Xanxerê. Faltaram documentos os Conselhos de Balneário
46 Camboriú e Itajaí. Segmento da Deficiência Auditiva – Todas as Entidades
47 entregaram corretamente: AASJLLE – ASBAC – ASGF. Segmento da
48 Deficiência Física – entregaram corretamente a AFLODEF e AFLOREM, a
49 Entidade JUDECRI ficou faltando documento. Segmento da Deficiência
50 Intelectual – entregaram corretamente a AMAREC, APABB, ASCA, FEAPes,
51 a Entidade APAE de Blumenau ficou faltando documento. Segmento da
52 Deficiência visual – Todas as Entidades entregaram corretamente: ADVIR,
53 ADEVIPS, FECADESC e FECEC. Segmento das Síndromes e patologias –
54 entregaram corretamente a AAD, APD, a Entidade FECASD ficou faltando
55 documento. O Presidente Jairton Fabeni solicita se algum Conselheiro tem
56 algo para falar, o Conselheiro Paulo Suldovski pede a palavra e o Secretário
57 Alexandre falou que fez o questionamento sobre os documentos que não
58 entregaram no prazo estipulado no edital. O Conselheiro Paulo Suldovski, diz
59 que tem uma comissão eleitoral e cabe a Entidade entrar com recurso e a
60 comissão deve julgar se acata ou não. A Conselheira Kelly Cabral diz que é
61 claro que cabe recurso, mas não deveremos receber documentos atrasados.
62 O Conselheiro Ricardo de Freitas concorda com a fala da Kelly Cabral e diz
63 que tem um processo e deve ser julgado de acordo com o edital. O
64 Conselheiro Paulo Suldovski pede que sejam dadas as condições para a
65 comissão do Fórum decidir os recursos. Sendo aceito pela plenária. Com o
66 voto contrário da Conselheira Kelly Cabral e Ricardo de Freitas. A comissão
67 do Fórum fica com a legitimidade de averiguar a documentação e argumentos
68 de cada Entidade/Conselho. 7- O descumprimento do Art.113 da Lei
69 17.292/17 no Ferry Boat – Itajaí x Navegantes. O Presidente solicita fazer um
70 ofício para o MPSC a nível estadual para que todas as empresas de ferry boat
71 e balsas cumpram com este artigo da lei, dando 50% de desconto na
72 travessia das Pessoas com Deficiência em seus automóveis ou outro tipo de
73 condução, pois a gratuidade do passe livre é somente para quem está a pé, e
74 este desconto é para todos que estejam com veículos automotores. O
75 Conselheiro Ivan fala que fez a travessia na Vigorelli em Joinville, o operador
76 disse que desconhecia a normativa e cobraram integralmente dele, ele sendo
77 uma Pessoa com Deficiência, teve que pagar o valor total da travessia, o
78 Presidente Jairton Fabeni, também informa que em Navegantes, também
79 estão descumprindo e pergunta se o ofício do MPSC da comarca de
80 Navegantes enviou, pois a empresa precisa cumprir este artigo e divulgar no
81 local do embarque. Os conselheiros concordaram em enviar um ofício para o
82 MPSC estadual em Florianópolis para fazer essa cobrança nessas empresas



83 a ter este desconto para as Pessoas com Deficiência. 8- Ad referendum PL
84 002.3/2020 sobre isenção do pagamento de pedágio às pessoas com
85 Deficiência em rodovias Estaduais. O Presidente Jairton Fabeni pergunta aos
86 Conselheiros e foi aprovado por todos os Conselheiros. 9- Ad referendum PL
87 165.2/2020 sobre “acessibilidade para pessoas surdas e com necessidade
88 especiais relativas à deficiência auditiva por meio de interpretação simultânea
89 em LIBRAS e legendas em todas as transmissões oficiais da administração
90 pública direta e indireta no âmbito da administração pública do Estado de
91 Santa Catarina”. O Presidente Jairton Fabeni pergunta aos Conselheiros e foi
92 aprovado por todos os Conselheiros, no ofício os Conselheiros foram
93 favoráveis a este PL. 10- Ad referendum – Manifestação sobre alteração do
94 Decreto do RIPVA/SC-89 – Art 120 e 121. O Presidente Jairton Fabeni
95 pergunta aos Conselheiros e foi aprovado por todos os Conselheiros, no ofício
96 os Conselheiros foram favoráveis. 11- Ad referendum – autógrafo de Lei que
97 “Dispõe sobre a instituição do Selo Empresa Amiga dos Autistas e Portadores
98 de TDAH”. O Presidente Jairton Fabeni pergunta aos Conselheiros e foi
99 aprovado por todos os Conselheiros. No ofício os Conselheiros foram contra
100 esse autógrafo de Lei. 12- Ad referendum – Manifestação ao Secretário da
101 Educação sobre Segundo Professor. O Presidente Jairton Fabeni pergunta
102 aos Conselheiros e foi Aprovado pelos Conselheiros, com ressalva do
103 Conselheiro Paulo Ricardo Pedrosa (FCEE), que vota contra, pois repensou
104 sua posição por esta manifestação e a Conselheira Tânia Fiorini relata que
105 estava de férias e não conseguiu acompanhar este encaminhamento via
106 whatsapp e vota contra esta manifestação. A Conselheira Tânia Fiorini
107 explica o ofício enviado da SED ao Conede sobre as diretrizes da educação
108 especial. Para este grupo de trabalho foram convidadas as principais
109 instituições relacionadas às questões da Pessoa com Deficiência. São
110 pessoas com anos de estudo e trabalho na área, pessoas que conhecem a
111 política de educação especial no Estado. Trata no ofício do CONEDE que
112 estamos usando a classificação médica e que estamos classificando os
113 alunos. A LBI é uma lei bem ampla, com todas as áreas da PCD. Nosso
114 público específico que estamos tratando, são os alunos em idade escolar
115 obrigatória, que frequentam as escolas estaduais e isso implica um segmento
116 que é Educação. Esta Secretaria só contrata Professor, não outros
117 profissionais e precisamos da classificação do público a ser atendido para a
118 definição dos serviços especializados da educação, não podemos contratar
119 outros profissionais para fazer esse tipo de avaliação e atendimento. O
120 Conselho deveria até fazer o caminho inverso, por exemplo, solicitar à
121 Secretaria da Saúde que ofertasse serviços de avaliação e atendimento de
122 reabilitação (psicologia, fonoaudiologia, pedagogia) para os alunos que
123 frequentam as escolas. Não ficou claro para o Grupo de Trabalho o que



124 infringimos na lei Brasileira de Inclusão, que é ampla e garante a Lei em todas
125 as áreas. O Presidente Jairton Fabeni solicita para a Convidada da FCEE
126 para que se manifeste a respeito desta construção do Projeto de Lei referente
127 a Educação Especial e segundo Professor. A técnica Fabiana Garcez,
128 gostaria de complementar a fala da Tânia, na qual ficou surpreendida pela
129 manifestação do Conede, pois estamos trabalhando em grupo constituído, e
130 nem todos estão de acordo com as discussões, mas faz parte de um grupo.
131 Surgiu o debate primeiro sobre o segundo professor, a necessidade dos
132 serviços da educação especial em Santa Catarina, é um projeto muito amplo,
133 que vai ser muito discutido ainda e estão todos contribuindo para essa
134 construção, o trabalho funciona a partir da resolução 100 para a inclusão na
135 escola, e temos que definir um público, e não fomos bem interpretadas nesta
136 situação e que a Conselheira Kelly Cabral trouxe para as discussões que
137 estamos infringindo a LBI por essa definição do público a ser atendido na
138 educação especial, que não temos o viés medico, a avaliação tem que ser
139 olhado a funcionalidade do indivíduo, nas demandas que tem na escola.
140 Ampliamos o público também que precisava esse acesso e não estamos
141 classificando e sim delimitar esse público. Nem todos que tem alguma
142 deficiência que vai precisar do segundo professor, por isso precisamos
143 analisar cada aluno em sua particularidade, dentre os que tem o direito ao
144 segundo professor, com base em questionários e tudo que é feito dentro da
145 FCEE para fazer essa definição de quem precisa do segundo professor na
146 escola. Fico muito constrangida em pedir uma fala na reunião do Conede, de
147 algo que é muito claro, que é trabalhar em pró da inclusão de todas as
148 pessoas e precisamos sim definir o público a ser atendido. Não com viés de
149 classificação e sim com viés de funcionalidade. Era isso que eu colocaria
150 colocar referente a FCEE e também sobre a deficiência mental e intelectual, a
151 primeira não é público do MEC, precisam do apoio da área da saúde, não vão
152 melhorar somente com a ajuda do segundo professor. O Presidente Jairton
153 Fabeni agradece as palavras da técnica da Fundação Catarinense de
154 Educação Especial e também a Conselheira Tânia Fiorini e passa a palavra a
155 Conselheira Kelly Cabral. Primeiro, ela fala que o Conede designou eu e a
156 Sabrina Vieira para esse grupo, estamos representando um coletivo e não
157 somente no individual, um viés de representatividade, para deixar bem claro,
158 que não é posição pessoal. Em nenhum momento fomos contrárias na
159 inclusão da pessoa com Deficiência na educação, quando a gente se colocou,
160 eu e a Sabrina Vieira, era a questão de classificar as PCDs no modelo
161 médico, o modelo do CID, quando nos manifestamos, foi com essa situação
162 especifica, em que não existisse essa classificação médica e sim uma
163 avaliação de funcionalidade, nesta proposta de segundo professor, a
164 classificação desse público a ser atendido, porque seria um retrocesso



165 classificar os alunos na Educação especial, e legalmente infração aquilo que
166 diz a LBI (Lei Brasileira de Inclusão). Fica aparecendo que queremos
167 contrariar o público da educação especial, mas não, queremos que seja feito
168 por funcionalidade, conforme prevê na LBI. Esse projeto de lei, não pode em
169 seu início classificar as Pessoas com Deficiência, ao contrário do que diz a
170 LBI, que aboliu as classificações por CID e requer a avaliação da
171 funcionalidade para todas as PCDs. Não tem nenhum outro questionamento,
172 que nós temos feito nesse projeto de Lei sobre a educação inclusiva no
173 Estado de Santa Catarina. Pela história da Pessoa com Deficiência nesses
174 longos anos, não podemos concordar que as Pessoas com Deficiência sejam
175 classificadas num projeto de lei, pela seu CID, que é totalmente contrário o
176 que preconiza a LBI. Fabiana Garcez fala que a LBI define o que é pessoa
177 com Deficiência e no nosso projeto de lei, temos que deixar claro, qual o
178 grupo de pessoas que iremos atender e quem tem direito ao segundo
179 professor, cada aluno com sua deficiência e seu público, para todos que leiam
180 essa lei, possam entender qual o público com sua deficiência, vai ser
181 atendido. A Conselheira Kelly Cabral, relata que é nesse ponto que há a
182 discordância, pois não podemos fazer a classificação. A Conselheira Tânia
183 Fiorini, diz que porque precisamos definir quem é o público a ser atendido na
184 Educação Especial, pois precisamos definir quais os Professores profissionais
185 a serem contratados, tem que estar claro quem é o público de cada Professor
186 que o Estado irá contratar, é fundamental definir isso. A Conselheira Neusa
187 Boldt, fala que é Professora no A.E. especializado, trabalha vários anos nesta
188 área e tem que ter essa diferença, pois cada Professor tem sua
189 especificidade, por exemplo aluno com Autismo, tem que olhar o
190 funcionamento do aluno, particularmente, mas o Professor precisa saber qual
191 a área que ele vai atuar, o aluno tem sido olhado como único e não médico. A
192 convidada Janice Krasniak fala que foi convidada a participar desse grupo de
193 elaboração do projeto de lei sobre a educação especial, representando a
194 comissão de defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Alesc, e relata
195 que trabalhou muitos anos na educação especial, sobretudo na FCEE.
196 Quando você participa de um grupo, você contribui para o grupo, e falou que a
197 Conselheira Kelly Cabral desde o início falou que não era especialista na área
198 da educação, que queria aprender e contribuir no grupo. Em nenhum
199 momento eu vi, que o grupo infringiu a Lei, e o que mais magoou o grupo,
200 enquanto houve um recesso do grupo, a Conselheira Kelly Cabral fez um
201 documento, sendo aprovado no Conede e enviado ao Secretário da
202 Educação, sendo que o grupo ainda está construindo esse projeto de lei e que
203 poderá ser alterado ainda antes de finalizado para enviar ao Secretário de
204 Educação, não trouxe para o grupo, recebemos uma tarefa para estudar sobre
205 o segundo professor, para construir uma sugestão de projeto de lei. Teria que



206 trazer para esse grupo e não direto para o Secretário de Educação. A
207 Fundação Catarinense de Educação Especial possui anos de historia na área
208 da Pessoa com Deficiência e respeita a politica da Pessoa com Deficiência, e
209 trata todos os alunos com respeito, e precisamos do respeito aos nossos
210 Profissionais, e a SED nos deu a possibilidade de em conjunto construir esse
211 projeto de lei para a educação especial, criou-se uma confusão que não havia
212 necessidade, estamos construindo e queremos todos trabalhando todos
213 juntos. Em relação a classificação e precisa que o projeto seja coerente e que
214 todos os segmentos participem e quem venha ao encontro do segmento PCD,
215 que todos se respeitem. Estamos ali trabalhando pela Pessoa com
216 Deficiência, para que esse projeto de lei possa ser o melhor possível na
217 educação inclusiva. A Conselheira Kelly Cabral pede a palavra e diz que a fala
218 da Janice é melancólica, me manifestei representando esse Conselho, a parte
219 da classificação foi encaminhada, não era ponto que seria retomada, por toda
220 expertise e sua história esse Conselho não concordava com um modelo de
221 classificação e nada tem a ver em se especialista em Educação, e todos são
222 respeitadas e nenhum momento deixei de respeitar os profissionais e nos
223 manifestamos várias vezes que fomos contrárias a esta classificação, mesmo
224 sendo voto vencido no grupo, passamos ao conselho e pedimos uma
225 manifestação para o Secretário de Educação, nada pessoal e sim respeitando
226 a opinião deste conselho, e iremos fazer o mesmo viés. Não me amedronto
227 em me manifestar, o posicionamento é da representação deste Conselho. A
228 Convidada Janice Krasniak diz que sua fala pode ser melancólica mas nunca
229 deixa de respeitar as pessoas, não uso meu conhecimento que tenho para
230 manipular ninguém, que as politicas publicas que ajudei a construir, foi para
231 contribuir com as Pessoas com Deficiência, disso eu tenho certeza. E eu
232 sempre respeito o grupo e foi muito injusto o que foi feito com o grupo que
233 está trabalhando em pró da Pessoa com Deficiência. A Fabiana Garcez pediu
234 a palavra e diz que queria complementar a fala da Janice, e concorda que foi
235 falta de respeito com o grupo, a ideia não é de classificar ninguém,
236 precisamos fazer isso para garantir os serviços e apoio, e a Kelly Cabral
237 colocou que vai ser esse procedimento daqui para frente, eu não concordo
238 com isso, temos esse grupo não faz nenhum mês e para já chegar um oficio
239 nesse nível ao Secretario de Educação, me sinto muito lesada enquanto
240 Profissional, peço ao Presidente que seja repensada como fazer os
241 encaminhamentos, as vezes as Pessoas não tem entendimento nos serviços
242 na área de educação para não ser mal interpretado no grupo. A Conselheira
243 Tania Fiorini sugere que enquanto Conselho podemos mobilizar a FECAM e
244 outros Órgãos para que os Municípios com seus profissionais possam
245 também atender os alunos com Deficiência e ter esse apoio e pensar em
246 outros caminhos. E faço as minhas palavras o que foi dito pelas Convidadas



247 Janice e Fabiana. A Conselheira Neusa Boldt diz que concorda com a
248 Conselheira Tânia Fiorini e diz que falta psicólogos e outros profissionais para
249 ajudar na educação inclusiva. A Conselheira Tânia Fiorini sugere enviar um
250 documento para Secretaria de Saúde, pedindo apoio com profissionais
251 psicólogos e outros para o atendimento na educação especial, nas Apaes que
252 tanto precisam. A Conselheira Kelly Cabral sugere que esse item possa estar
253 no projeto de lei da educação especial. A Conselheira Tânia Fiorini fala que a
254 Educação não pode prever profissionais de outra área e sim só profissionais
255 de Educação e que para fazer essa contratação precisa definir qual público
256 precisa ser atendido. A Conselheira Kelly Cabral diz que o público a ser
257 atendido é a Pessoa com Deficiência e pede que seja registrado em ata que a
258 classificação médica não deve ser prevista e sim somos contra essa
259 classificação e sim a funcionalidade. O Presidente solicita sobre o ad
260 referendum do ofício ao Secretário de Educação, na qual foi aprovado. 13-
261 Assuntos Gerais. Conselheiro Ricardo de Freitas fala que a NBR 9050 que
262 fala sobre acessibilidade houve alterações na mesma, que ainda não tomou a
263 leitura dela toda, mas assim que o fizer vai compartilhar com os Conselheiros
264 do Conede. O Presidente Jairton Fabeni agradece a informação e pede que
265 se puder compartilhar depois com os Conselheiros do Conede, fica grato. O
266 Secretário Alexandre pede a palavra a e agradece aos Conselheiros neste
267 biênio que se encerra e sabemos que alguns voltam outros não e diz obrigado
268 pela paciência e sucesso para todos nós, e que o próximo biênio possa vir
269 com bastante garra e vontade para o novo mandato. O Presidente Jairton
270 Fabeni pede que o Secretário Alexandre tire uma dúvida, se essa é a última
271 plenária desse grupo de conselheiros, e o Secretário confirma que sim, agora
272 é aguardar o fórum, a indicação dos Secretários de Estado e saindo a
273 publicação em Diário Oficial dos novos Conselheiros, iremos agendar a posse
274 dos mesmos. O Conselheiro Thiago Antônio pede a palavra, e quer saber
275 sobre o edital da educação sobre ACT, como irão fazer, pelo que sei se não
276 tiver a prova como vai ser o ano que vem. A Conselheira Tânia Fiorini da
277 Educação responde que em função da pandemia, os editais vigentes sejam
278 prorrogados e serão utilizados a mesma classificação, quem já fez vai ser de
279 acordo com essa classificação, e também vai ter a chamada pública, isso
280 ainda não foi publicado, mas pela pandemia, provavelmente haverá essa
281 prorrogação. E haverá a prova praticam nas regionais, para professor bilingue
282 e instrutor de libras com a tradução para que esse professor precisa assumir,
283 por enquanto esse é o procedimento. O Presidente Jairton Fabeni fala que
284 como essa é a última plenária, quer agradecer todos os Conselheiros que
285 tiveram junto comigo nesse mandato, agradecer a Sociedade Civil, agradecer
286 ao Secretário do Conselho, o Alexandre, para mim foi um grande aprendizado
287 esse tempo que passei aqui no Conede, não estarei mais aqui no próximo



288 mandato, pois estou na minha segunda recondução, e que os próximos
289 conselheiros olhem pela política pública da pessoa com deficiência, eu posso
290 ter errado nesses anos que fiquei a frente do Conselho, mas sempre tentei
291 prestigiar todas as deficiências, sou deficiente visual, mas sempre defendi
292 todas as deficiências, estarei presente como ouvinte, gosto muito dessa
293 militância, nesse segmento, quem está aqui é Pessoa que quer algo melhor
294 para nós Pessoas com Deficiência, muito obrigado a todos. Vamos em frente,
295 vamos à luta, o Secretário Alexandre avisa que o grupo do whatsapp fica até
296 entrar nos novos conselheiros. O Presidente fala que ainda teremos o fórum
297 que ocorrerá nos dias 17 a 19 de agosto e ficará disponível no canal do
298 youtube da Secretaria de Desenvolvimento Social SC, a gravação do fórum da
299 sociedade civil. O Presidente Jairton Fabeni agradece a participação de todos
300 dando assim por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a presente ata pelo
301 Secretário do Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos
302 Conselheiros e assinado pelos presentes. Florianópolis, 06 de agosto de
303 2020.

304

305

“CONEDE – PLANTANDO AS SEMENTES DA IGUALDADE”.